Tema: "Emergência Climática: pense no futuro, aja no presente"

Legenda: Tema – <u>problema</u> – <u>Tese</u> – <u>argumento</u> – <u>embasamento</u> – <u>conectivos</u> – Solução (detalhamento)

O artigo 225 da Carta Magna versa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. No entanto, vivencia-se atualmente um cenário de emergência climática, resultado da ação humana indevida contra a natureza — o que compromete não apenas os direitos presentes, mas também os futuros. Nesse viés, faz-se claro que uma mudança coletiva ética, estrutural e imediata é um grito de auxílio mundial. Especificam-se como causas do revés, uma vez que interligadas, 11 a ausência de consciência ambiental e (2) a exploração desenfreada dos recursos naturais.

A princípio, é crucial pontuar a importância da conscientização coletiva para a diminuição da crise climática. À luz disso, Ulrich Beck — sociólogo alemão — teorizou em "Sociedade de Risco" que a humanidade encontra-se cada vez mais exposta a ameaças ambientais e globais, que foram criadas pela própria humanidade. E isso é notório, visto que muitos indivíduos consomem produtos de forma excessiva e silenciada, mantendo, graças a hábitos de forma errônea, que acabam sendo descartados de forma inapropriada. O lixo, então, é lançado sobre os corpos dos bens hídricos ou destinados ao solo, enquanto deveriam passar por um processo de seleção, reutilização ou reciclagem. Dessa forma, a mudança de ações rotineiras que originam a não-poluição do meio ambiente faz-se essencial para mitigar o revés.

Outrossim, o desequilíbrio com os recursos naturais é outro agente que favorece a manutenção da crise climática. Sob essa ótica, o líder político do povo Yanomami, Davi Kopenawa, enfatiza frequentemente a inação do governo frente às invasões das terras indígenas por garimpeiros, afirmando ainda que os danos à floresta representam um perigo não só local, mas global. Esse cenário ratifica a ausência de uma gestão eficaz voltada para a preservação ambiental, visto porque o fato de ações ilegais, como o desmatamento e o garimpo, permanecerem banalizadas contribui para o processo de corrosão da vitalidade dos limites da natureza — impulsionado, o que gera aumento da atividade solar, contribuindo ainda mais para a degradação dos ecossistemas e para o aumento da temperatura. Assim, urge a colaboração das autoridades governamentais, para que esse cenário seja revertido.

Diante do exposto, é imperativo que o Ministério da Educação, em parceria com as secretarias estaduais e municipais, implemente programas permanentes de educação ambiental nas escolas públicas, por meio da inserção desta temática como disciplina no currículo escolar, com o objetivo de formar cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação da natureza. Ademais, é papel do Ministério do Meio Ambiente intensificar o monitoramento das riquezas

naturais do país, mediante investimentos em tecnologias de rastreamento por satélite, a fim de combater ações ilegais e de mitigar os impactos ambientais. Dessa maneira, será possível a construção de um meio ambiente mais equilibrado, no qual a vida possa prosperar.